

**Lima Barreto: representações políticas e culturais dos equilibristas da corda
bamba da vida**

**Lima Barreto: political and cultural representations of the equilibrists of the wire
of life**

Rita de Cássia Guimarães Melo¹

Universidade Federal do Tocantins

Resumo: O presente artigo analisa alguns personagens criados por Lima Barreto no romance *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*. Entre a história e a literatura, procuramos estabelecer os sentidos da narrativa a partir da historiografia sobre o período que elucida a atmosfera de produção literária do escritor. Ressaltamos os personagens que consideramos representar os grupos medianos e excluídos que habitavam a cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX.

Palavras-chave: literatura e história; grupos medianos e periféricos.

Abstract: This article analyzes some characters created by Lima Barreto's novel *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*. Between history and literature, we shall state the way the narrative from the historiography of the period elucidates the atmosphere of literary production of the writer. We emphasize the characters that we think represent the median and peripheral groups that inhabited the city of Rio de Janeiro in the early decades of the nineteenth century.

Key-words: literature and history; median and peripheral groups.

Submetido em 18 de novembro de 2016.

Aprovado em 22 de dezembro de 2016.

Recordações do escrivo Isaiás Caminha aparece em formato de livro no Rio de Janeiro no fim de 1909, embora Lima Barreto tivesse começado a publicá-lo em 1907, na revista *Floreal*,² quando a polarização entre civilismo e hermismo alcançava as ruas e o interesse da população em geral. Foi um momento considerado pelos contemporâneos de crise e de retrocesso, com a volta de um militar ao centro do poder, o que provocou diferentes reações entre as elites e os populares na cidade do Rio de Janeiro. Fez reacender antigos projetos e conflitos considerados resolvidos desde o fim do Governo Provisório, quando da instalação do regime republicano.

¹ Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Docente do curso de História da Universidade Federal do Tocantins.

² Fundada em 1907 por Lima Barreto, a revista sobreviveu a três números e era mantida com a contribuição dos redatores. Foi nela que Lima Barreto ensaiou a publicação dos primeiros capítulos do livro *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*. Fechada a revista, o livro foi terminado e enviado ao editor português A. M. Teixeira, da Livraria Clássica, que o publicou com a condição de que o autor abrisse mão dos direitos autorais (BARBOSA, 1988, p. 56).

Naquela oportunidade era notável a inflexão entre os setores médios urbanos e as oligarquias que dominavam o processo eleitoral nos estados, bem como a posição de Rui de Barbosa e os apoios que ele buscava para sua plataforma política, sinais de que o consenso oligárquico fora posto à prova.

Nesta primeira parte do trabalho pretende-se analisar como aparece esse momento na obra de Lima Barreto cujas implicações resultam no silêncio posterior sobre o escritor. As ponderações a respeito do “escândalo” causado pela relação entre as personagens do livro e as pessoas conhecidas na imprensa da época, no entanto, não é o que mais interessa nesta análise.³ Procuram-se “os equilibristas da corda bamba da vida”.

A narrativa começa contando que Isaías era filho natural de mãe negra e pai “vigário da freguesia”, situação constrangedora para o leitor. O narrador é fruto de um ato ilícito – um padre que rompe o celibato com uma mulher negra – e não pode assumir nem amar, publicamente, o fruto dessa relação pecaminosa. Esse fato cria uma situação que divide o mundo radicalmente: o mundo público da vida cotidiana e da vida privada. É de se supor que todos da freguesia soubessem do caso, apesar dos esforços para escondê-lo.

O narrador afirma a admiração do filho pelo pai, “inteligente e ilustrado”, o que aumentava a pequenez da mãe: “se minha mãe parecia triste e humilde – pensava eu naquele tempo – era porque não sabia, como meu pai, dizer os nomes das estrelas do céu e explicar a natureza da chuva” (LIMA BARRETO, 1956a, p. 21). Essa informação do narrador merece comentários: primeiro, seria a mãe, porque negra, propriedade do padre? Se negra e alforriada, prestaria serviços remunerados ao padre?

Da mãe, Isaías conta que, em razão de sua condição social, era obrigada ao trabalho braçal sem dizer nada de sua condição jurídica. É do conhecimento de todos que padres católicos mantinham escravos e ex-cativos para os trabalhos domésticos, o que faz supor que a mãe de Isaías ou fosse uma escrava alforriada após a morte do padre

³ À semelhança de outros analistas da obra de Lima Barreto, Alfredo Bosi realça “a nota autobiográfica, ilhada e exasperada nos primeiros capítulos [...]” que, no entanto, “tende a diluir-se à medida que o romance progride, incorporando descrições de vários tipos: o político, o jornalista, o burocrata do Rio, no começo do século. [...] Sustenta, porém, e fecunda a presença de Isaías como personagem polarizadora do ressentimento do autor, que nele se encarna, tornando especialmente doídos os seus encontros com o preconceito de cor e de classe” (BOSI, 1973, p. 96).

ou uma escrava liberta após a Abolição. O que importa é ressaltar essa relação entre escravidão e padres da Igreja católica.⁴

Isaías decide sair da cidade onde nascera depois de terminar os preparatórios e continuar os estudos no Rio de Janeiro. Precisava de uma carta de apresentação do coronel Belmiro ao deputado federal Castro, natural da mesma cidade, solicitando-lhe um emprego. O pai de Castro “era muito pobre”, por isso o coronel Belmiro, tio de Castro e presidente da Câmara na cidade, arranhou para o sobrinho uma “subvenção” de estudos.

Se os parentes ocupassem cargos de certa influência, as portas se abriam para a ascensão social. Observe-se com que naturalidade o coronel Belmiro conta como usou o cargo público para subvencionar os estudos do parente “pobre”. Depois de estudar à custa dos empenhos do tio, Castro seguiu a carreira política graças às influências dele e dos amigos locais: “se ele está eleito, deve-o a mim e aos defuntos, e a você que desenterrou algum”, diz o coronel ao tio de Isaías (LIMA BARRETO, 1956a, p. 25). Não se esqueça que a situação do protagonista Caminha e a de Castro – futuro deputado – não se equivalem. Este venceria a pobreza de origem com a ajuda dos parentes influentes; àquele a situação impunha vencer, antes, o estigma da cor, depois, a origem humilde.

Na capital federal, Isaías hospedou-se em hotel barato e iniciou os primeiros conhecimentos com tipos sociais, que na narrativa cumprem o papel de ampliação de suas experiências pessoais. A primeira personagem que vence a “obstinação”, a timidez e a desconfiança de Isaías é Laje da Silva, um português “estabelecido” no comércio e que dizia ser padeiro. Essa personagem de “maneiras ambíguas e ao mesmo tempo desembaraçadas”, de “olhar cauteloso, perscrutador e sagaz”, tinha um ar “bonacheirão e simplório”, que causava no recém-chegado do interior “uma singular inquietação”.

Fazer-se simplório, sonso, não seria uma atitude condizente com aqueles que desejam amealhar algum benefício? Pensando no comerciante, não seria uma atitude condicionante da profissão de mercador? Mesmo que a personagem não fosse nada disso, sua conformação comercial havia sido naturalizada na sua maneira de ser.

⁴ O recurso à figura conspícua de Joaquim Nabuco sustenta essa afirmação: “Nenhum padre tentou, nunca, impedir um leilão de escravos, nem condenou o regime religioso das senzalas. A Igreja católica, apesar do seu imenso poderio em um país em grande parte fanatizado por ela, nunca elevou no Brasil a voz em favor da emancipação” (NABUCO, 1977, p. 68)

O narrador observa a aparência do padeiro, procurando indícios de seu caráter, de sua personalidade, numa descrição oscilante, mas o sinal que vence, parcialmente, as reservas do protagonista são as mãos de Lajes da Silva: “torcia com a mão áspera, de antigo trabalhador, o bigode farto”; por elas “descobria-se que na sua mocidade se entregara a trabalhos grosseiros, mas que, de uns tempos a esta parte, gozava de uma vida fácil e leve” (LIMA BARRETO, 1956a, p. 32).⁵ Lajes da Silva tinha um longínquo sotaque português e seu olhar “inquieto e fugidio, mas vivo, quando se fixava, era de velhaco mercadejante” (LIMA BARRETO, 1956a, p. 32).⁶ Mais do que naturalizar a conformação comercial da personagem em sua maneira de ser, esses traços desvelam o preconceito arraigado que envolvia os remanescentes das práticas comerciais mediante as quais o país, na condição de colônia, foi inserido no mundo moderno.

O qualificativo “velhaco” vem da condição econômica e social dos portugueses dominantes, soberanos do comércio retalhista e de exportação e importação no país durante o regime imperial. Associado a mercadejante, no entanto, “velhaco”, pode ser indicativo de uma pronunciada rejeição àqueles que se dedicavam ao comércio, atividade pautada exclusivamente pela busca de lucros extorsivos em face da ausência de regulamentação, de códigos fixos e da falta de um sistema organizado de distribuição das mercadorias necessárias ao consumo, como a farinha principalmente, das classes populares. O conflito concretizava-se no balcão – de um lado o comerciante e do outro o comprador –, onde as contendas deveriam ser muitas e resolvidas cara a cara com o freguês, o que tornava a relação ainda mais difícil e conflituosa beirando a desfechos trágicos.

⁵ Nesta mesma narrativa o escritor refere-se às suas mãos comparando-as com as da mãe: “As minhas mãos fidalgas, com dedos afilados e esguios, eram herança de minha mãe, que as tinha tão valentemente bonitas que se mantiveram assim, apesar do trabalho manual a que a sua condição a obrigava” (LIMA BARRETO, 1956a, p. 29).

⁶ Há historicidade nessas considerações de Lima Barreto. “O papel que este grupo social teve na sociedade brasileira do século passado até agora não foi ressaltado em nenhum estudo realizado no campo da história social no Brasil, mas alguns estudos sobre a América espanhola têm se preocupado em realizar análises sobre comerciantes e seus caixeiros na fase de transição das antigas colônias para estados independentes. Dentre nós, entretanto, este grupo assume importância na literatura que retrata aspectos da vida urbana do Rio de Janeiro do século XIX, onde o caixeiro aparece como o herdeiro das qualidades essenciais para um bom comerciante: honestidade, boa-fé, probidade, honra, frugalidade e uma boa dose de avareza. Ele é sempre o jovem pobre e discreto que morava com seu patrão (comendo à mesa e dormindo sob o mesmo teto), convivendo com a família e tornando-se quase sempre o pretendente à mão da filha ou da viúva do patrão. Nem sempre a presença do caixeiro na literatura e teatro da época tinha o intuito de ridicularizá-lo (atitude típica de uma sociedade elitista na qual as pessoas estavam mais preocupadas com as carreiras mais intelectualizadas)” (MARTINHO, 1976, p. 44).

Tendo em vista que os portugueses dominavam soberanamente a atividade comercial atacadista e varejista, as contendas entre comerciantes e fregueses remetem para um dado histórico que explica em parte o fato de os comerciantes não serem bem-vistos pelo restante da sociedade ou vistos apenas como um mal necessário. O desprezo da população, particularmente a urbana, as classes populares e as elites, para quem os comerciantes e suas atividades não faziam boa figura, explica-se: faltava ao dinheiro deles a molduragem em título de nobreza ou a companhia de um cargo público, diplomas na República.

Convenientemente confundidos com os proprietários, os caixeiros ilustram de forma contundente os privilégios desse grupo em face da população nacional.

No processo de hierarquização da sociedade do Rio de Janeiro no século XIX, o caixeiro aparece como um grupo privilegiado em relação à população de brancos e mestiços livres e nativos, atraindo para si o ódio desta camada marginalizada, e assumindo um papel político de apoio às forças conservadoras imputadas aos comerciantes portugueses, logo após a abdicação de D. Pedro I. Não tinha o status do comerciante, mas estava acima das outras camadas de homens livres (que formavam no meio urbano o contingente de mão de obra disponível para as poucas atividades reservadas ao trabalho livre), graças aos privilégios recebidos. Dentre estes privilégios podemos citar a isenção do recrutamento militar, o direito de votar e de participar na qualidade de membros de Sociedades políticas (MARTINHO, 1976, p. 44).

A fala de Lajes, em que sobressaem o conflito e a tensão entre produtor, comprador e consumidor, permite compreender essa relação direta entre vendedor-proprietário e comprador. Sem a presença do comprador direto, o produtor não oferecia mercadoria de qualidade; o que tornava o clima no armazém uma “desgraça”, um “inferno”:

Vim a negócios... O senhor sabe, continuou o desconhecido; o senhor sabe; Quem quer vai, quem não quer manda... Se me limito a encomendar a farinha – é uma desgraça! Chega azeda e de péssima qualidade – então é um inferno! Os fregueses reclamam; a pretexto disso, não pagam. Para evitar essas e outras, venho de dois em dois meses comprá-la, eu mesmo... Veja o senhor só – é uma despesa, mas que há de fazer?! (LIMA BARRETO, 1956a, p. 32).

Outras razões explicam os conflitos entre o povo em geral e os comerciantes. Avançando um pouco mais no tempo, em 1918, Lima Barreto percebe que, em face da carestia dos gêneros de primeira necessidade, os populares que não entendiam as “engrenagens de finanças e ladroeiros correlativas de bancos, companhias, hipotecas,

cauções, etc” atribuíam todo o “mal ao taverneiro da esquina”. O visível estava nas relações mais próximas, “ao que se vê”; quem não entendia de economia não podia imaginar o que havia por trás do jogo de apólices.

O tradicional desprezo pelo trabalho braçal particularmente, apesar da difusão de novas ideias relativas ao progresso e à industriabilidade, ainda persistia. Ampliava-se o abismo entre os trabalhadores braçais e os profissionais liberais e artistas. De modo positivo, no entanto, o narrador ressalta que, cheio de desconfiança, Isaías aceitou o convite do português para “dar uma volta”, levado pela “afabilidade” e pelas “mãos grossas” de Lajes da Silva.

Essas “mãos grossas” levam Isaías a lhe creditar alguma confiança, mesmo que sua intuição sinalizasse que tal senhor não era quem dizia ser. Tal interesse, no entanto, está centrado na associação direta que o narrador faz entre honestidade, confiabilidade, honradez e mãos grossas a respeito do caráter ambíguo da personagem – dificuldade do narrador em conciliar as virtudes comerciais com as morais?

Considerando, no entanto, as condições social e econômica daqueles portugueses e o jogo de forças que eles representavam durante o século XIX, é possível aventar uma interpretação mais vertical do tema trabalho *versus* essas condições. Quando a lei Euzébio de Queiroz pôs fim ao tráfico de escravos, o comércio estava monopolizado por traficantes portugueses, que já haviam se transformado numa potente burguesia comercial. A historiografia respalda o fato de os traficantes, depois da década de 1830, terem se apossado – graças à alta dos preços dos escravos e dos juros extorsivos – das propriedades rurais dos cafeicultores insolventes.

A eficácia da Lei Queiroz contou com o descontentamento e a lusofobia por parte das elites que se sentiam prejudicadas e destronadas de suas propriedades para saldar dívidas contraídas com eles. Ao longo da narrativa, é sintomática a revelação de Lajes como um capitalista execrável, naturalmente desonesto como capitalista, bem como afeito a atividades ilegais. Não está escrito, mas é possível inferir como os portugueses eram mal acostumados ao ganho fácil das traficâncias e das contravenções.⁷

⁷ É bastante oportuno registrar neste estudo o fato de que “a presença, portanto, desses caixeiros portugueses ocupando bons empregos e contando com uma série de privilégios vai atrair o ódio da população nativa e pode explicar o forte sentimento antilusitano das revoltas de rua no Rio de Janeiro logo após da independência. Os comerciantes portugueses preferiram recrutar em Portugal seus empregados do que recrutá-los entre a população nativa (que ele teme, e na capacidade de trabalho da qual não confia). É bastante forte o sentimento de que os brasileiros não seriam bons trabalhadores, sentimento este frequentemente expresso nas memórias da época, que analisam a população” (MARTINHO, 1976, p. 50).

As mesmas “mãos grossas” permitem pensar que o narrador, ainda ingênuo, protegido pelo pai, pelo vigário da paróquia, sem conhecer a “hedionda instituição”, não considerasse o trabalho manual degradante, razão pela qual, num primeiro momento, lhe conferisse outro significado: honradez e confiança.⁸

Em contrapartida, as “mãos grossas” que lembram trabalho braçal e esforço físico podem marcar uma situação inversa: havia portugueses afeitos ao trabalho de todo tipo; nem todos eram traficantes, nem todos faziam parte da rica burguesia comercial. Indiscutível, no entanto, é o fato de que eles tiveram melhores condições, oportunidades de trabalho e ganhos se comparados com a maioria da população branca nacional.

É intuito do narrador simbolizar a existência de homens honestos e trabalhadores de mãos grossas num passado não muito distante, que tiveram a oportunidade de se corromper com as facilidades oferecidas pela República. Mesmo para ser corrompido era necessário pertencer a um determinado grupo ou classe social. Apesar dos discursos liberalizantes, o trabalho era menosprezado. É provável que o grupo em que Lajes estivesse inserido fosse o de trabalhadores diligentes, que foram corrompidos graças às “ditas” facilidades que a República consagrou.

O comerciante padeiro “conhecia minuciosamente toda a vida jornalística”, mas não era “homem de leituras, político ou dado às letras”. Isaiás não sentiu em Lajes “a mais elementar preocupação intelectual”, concluindo que “todo ele me pareceu convergindo para os negócios, para as coisas do dinheiro, especulações...”. De novo o narrador serve-se da personagem para registrar as relações estreitas entre o comércio, os portugueses e os jornais da época. Em contrapartida, os valores morais e sociais do protagonista garantem-lhe uma situação de superioridade.

Isaiás é um observador “reservado”, diante de quem as personagens comportam-se como se estivessem “diante de um juiz, a quem expunham suas razões com delicadeza e urbanidade” (LIMA BARRETO, 1956a, p. 76). As relações travadas por Isaiás com as personagens – jornalistas, comerciantes e “revolucionários” – não são

⁸ Por outro lado, pensando numa escrita enviesada, em que o narrador quisesse ironizar ressaltando o fato de que um português de mãos grossas era uma raridade, ele leva o leitor a pensar não no que foi o trabalho no Brasil, mas na condição daqueles que haviam construído o país. Em 1883, Nabuco já havia instruído e revelado à sua classe social que “tudo o que significa luta do homem com a natureza, conquista do solo para a habitação e cultura, estradas e edifícios, canaviais e cafezais, a casa do senhor e a senzala dos escravos, igrejas e escolas, alfândegas e correios, telégrafos e caminhos de ferro, academias e hospitais, tudo, absolutamente tudo que existe no país, como resultado do trabalho manual, como emprego de capital, como acumulação de riqueza, não passa de uma doação gratuita da raça que trabalha à que faz trabalhar” (NABUCO, 1988, p. 69).

pautadas pela subserviência: o narrador é o juiz do qual os contendores não esperam ouvir a sentença final. Apesar de ser o sujeito que tudo ouve, vê e julga, em momento algum as personagens parecem enxergar Isaiás. A invisibilidade dá-lhe poder absoluto sobre suas criaturas, que se revelam sem disfarçar as ambiguidades e incoerências.

Estudos sobre *Recordações do escrivão Isaiás Caminha* realçam a indiferença do narrador pelo destino de suas personagens, que entram e saem de cena, pairam no ar. Trata-se do chamado “narrador invisível” – que se comporta como mero espectador “sem [ajudar, melhorar ou] modificar os destinos alheios”.

Este estudo, no entanto, posiciona-se contrariamente a esses estudiosos. A invisibilidade do narrador é um recurso, é parte de uma forma de narrar e inconsciente ao próprio escritor. O destino trágico e a fragmentação das personagens são reais; na narrativa, personagens e narrador reproduzem a própria condição marginal na sociedade. O alheamento do narrador em relação às personagens é o mesmo delas em relação ao narrador: elas não falam com ele. A forma e o estilo da narrativa figuram o real e transferem para as personagens a impotência em que vive o narrador.

Não se trata, no entanto, de relacionar biografia e obra. À estruturação propriamente das personagens faltam indícios que pudessem apontar a elas outro destino. Num jogo de espelhamento, a consciência possível do narrador consegue tão somente situá-las como impotentes joguetes do destino ou da sorte. As personagens não foram construídas e explicadas no contexto da “carne” e do “sangue” nem pela psicologia atávica ou antropológica. (LINS, 1976, p. 28).

Por outro lado, a estrutura social está assentada sobre esses pilares; por isso, a nosso ver, o jogo narrativo tem duas vertentes que se imbricam: o narrador cria as personagens de um manancial teórico, cujo objetivo é elucidar para si e seus leitores as várias facetas do momento em que escreve, sem, no entanto, finalizar o processo da representação total. Se lhes fosse atribuída a consciência plena daquele momento social, as personagens romperiam com os paradigmas do tempo representado e tomariam as rédeas do social em suas próprias mãos.

A passagem do XIX para o XX – que exige dos estudiosos conhecimentos sobre o Império e a implantação da República –, seus movimentos e contornos estavam claros para os contemporâneos. Em meio a tantas vozes dissonantes, a narrativa de Lima

Barreto é a conformação do alheamento e da incomunicabilidade.⁹ A condenação da hipertrofia da riqueza a qualquer custo cujo arrivismo não estava restrito às classes superiores, constituindo um sintoma do período. Os pequenos e grandes expedientes próprios das elites e dos remediados eram uma maneira de possível sobrevivência contra a ameaça constante e a preocupação com o dia seguinte.

A personagem Abelardo Leiva é um pobre morador de um quarto, onde havia apenas “uma cama de vento, nua e órfã de lençóis e travesseiros com fronhas”. Com o que ganhava pagava o aluguel e o restante ele comprava coisas de toalete. Tinha no quarto “uma grande mala cheia de camisas, colarinhos, punhos, gravatas e perfumes”. Gastava mais com coisas de luxo que com alimentação. Todos esses apetrechos passaram a ser parte de um ritual social valorizado e prenhe de significados: “todos objetos e símbolos, destinados a definir distâncias e precedências sociais, impondo graduações aos homens e sujeitando-os a rituais de submissão e deferência” (SEVCENKO, 2003, p. 215).

As observações do narrador sugerem uma questão: por que a personagem deveria cuidar mais do espaço privado do que das vaidades externas e fluídas? Porque cuidar do espaço da rua, dominar o ambiente público e, ao final, conquistar a cidade era parte de um desejo anterior ao representado pela casa e pelo ambiente privado.¹⁰ Em casa, Abelardo Neiva nada conseguiria extrair da cidade, não teria informações sobre empregos, não saberia as últimas notícias das personalidades famosas e frequentadoras dos cafés e bares do centro. Em razão disso gastava boa parte dos seus ganhos, esmerando-se nas vestimentas sem as quais não teria reconhecimento algum.¹¹ Sacrificar a moradia em favor das roupas, das distrações, de tudo o que o punha em contato mais estreito com os grupos da rua ou com sua classe era um comportamento que perpassava

⁹ Segundo Lins, “Lima Barreto inaugura na ficção brasileira, sem dar-se conta disto; (...) o tema da incomunicabilidade, tão caro à arte contemporânea, surgindo como um antecipador, um anunciador do nosso tempo e das nossas criações” (LINS, 1976, p. 34). Para Lins, “os símbolos de distinção constituíam sinais exteriores de distinção, dificultando “avaliação das qualidades pessoais de cada um e, sobretudo, ocultando a incompetência, o nepotismo, a ineficiência, oferecendo uma cobertura respeitável para a concussão” (LINS, 1976, p. 28).

¹⁰ “A moderação nas despesas com a moradia, e mais exatamente com o aluguel, sempre nos pareceu um traço essencial da condição operária. Os assalariados não operários dedicam-lhe claramente mais dinheiro; com isso, marcam sua diferença, sua ‘distinção’” (PERROT, 1988, p. 103).

¹¹ Nas palavras de Perrot “pagar o mínimo possível pelo alojamento, tal é, portanto a ambição de operários que muitas vezes vêm de regiões rurais onde ele não custa nada. [...] Como os operários enfrentam uma autoimagem onde a sujeira e o desalinho marcam sua inferioridade, a dignidade operária passa pelo ‘bom aspecto’, a bela figura dos italianos. Uma roupa conveniente permite que se misturem sem vergonha á festa urbana, que ‘saíam’” (PERROT, 1988, p. 103104).

a experiência da classe operária e dos setores medianos, embora essas experiências sejam vistas de modos diferentes.

Leiva gostava de frequentar lugares tidos como elegantes. Era metido a poeta e, como tal, “tinha a mais sincera admiração pela beleza das meninas e senhoras de Botafogo”.¹²

Considerava-se um “revolucionário”, apoiado nas “prédicas e brochuras do Senhor Teixeira Mendes, lendo também formidáveis folhetos de capa vermelha”. O narrador/personagem observa o grupo de amigos, moços cheios de entusiasmo que passou a frequentar e conviver nas mesas de café. Eram rapazes “na mor parte desprovidos de dinheiro, com magros e humildes empregos, pretendendo virar a face do mundo para ter almoço e jantar diariamente”.

O grupo era de “protestantes” que detestavam a vida política, “dando-se ares de trabalhar para obra maior, a quem as periódicas ‘revoluções’ não serviam”. Leiva “tinha todos os preparatórios para o curso de dentista”, por isso era a “inteligência do grupo”. Embora um pobre diabo, o rapaz tinha uns “rompantes de atrevimento” e era mais sincero “na sua poesia palaciana e de modista do que nas ideias revolucionárias”.

Na observação do protagonista, aquelas ideias revolucionárias eram superficiais e, ao desaparecimento das dificuldades econômicas, “surgiria o verdadeiro Leiva, indiferente aos destinos da turba, dando uma esmola em dia de mau humor e preocupado com uma ruga no fraque novo que viera do alfaiate”, embora fosse ele o mais exagerado ao “pintar os sofrimentos das massas humanas”. A prática política e os discursos que a sustentavam até existiam, mas sempre à espera de uma oportunidade de melhoria econômica que permitisse a ascensão social.

Identificava-se com os valores das classes abastadas: “no café, em certos momentos, quase sem transição, ele passava das objurgatórias mais terríveis a recitar versos, cheios de detalhes de modas e ardendo de admiração pelas coisas de luxo”. O que desejavam, afinal, aqueles rapazes “protestantes”? Reproduzir os valores dos extratos superiores e usufruir os luxos e as superficialidades que tanto os seduziam, mesmo quando os negavam furiosamente.

¹² A importância dada às letras, no sentido literário, contribuiu para o aparecimento da “mania” generalizada de ser poeta: “é raro um brasileiro nato, que não seja ou não tenha sido, um dia, poeta, ou que não tenha tendência a sê-lo” (*A Aspiração*, 1913, p. 14).

Os poetas fazem o tipo de Avenida. Mas, ao final, sabe-se que as causas tributárias, o fundo mental dessas orientações: a hipertrofia do eu, segundo o cronista da revista, ou o bovarismo, na chave de Lima Barreto:

Na embriaguês, em imaginação, em ideias político-revolucionárias, em sonhos de liberdade, de amor e poesia, e nos apetites voluptuosos, enfim, todos eles são irmãos da mesma confraria, e, como tais, podem mesmo ser confundidos uns com os outros e estudados sob as mesmas epígrafes, sem que a psiquiatria se abale nos seus princípios mais gerais, de modo a tornar as manias de cada um objeto de estudo ameno e divertido (1912, p. 26).

Outra ilusão desses rapazes era a tendência a se julgarem “guias da opinião”. O secretário do sindicato dos varredores de rua – Abelardo Leiva – acreditava que com seus discursos havia “modificado as opiniões do operariado do Bangu”, onde fazia palestras. Em face da complexa e diversificada realidade social, esses rapazes, quando reunidos, tudo explicavam e tinham remédios miraculosos para todos os males do país. Um dos remédios propostos numa de suas “furiosas declamações” era a “adoração pela violência”.

Esse “clima de opinião” era uma característica do período histórico e foi amplamente ridicularizado por Lima Barreto, embora fosse uma situação que remontava ao período político anterior; “O Positivismo entre nós foi antes de tudo um clima de opinião... [...] o fato é que ele [o positivismo] foi presença aparatosa na publicística que acompanhou a agonia do Império e os primeiros anos do regime republicano, mas discreta e tergiversante, porém, durante a campanha, que culminou na Abolição da escravatura. Não havia arenga, ou editorial, debate, parlamentar ou tertúlia científica, que não estivesse forrada com a gíria positivista: pipocavam na menor tirada ‘a anarquia mental’, ‘a pedantocracia’, ‘a ordem é fator de progresso’, ‘a integração do proletariado’, ‘os mortos governam os vivos’ etc” (ARANTES, 1988, p. 190).

Isaías, no entanto, faz notar que os rapazes eram “honestos, orgulhosos, independentes”, se bem que tais qualidades, particularmente naquele meio social, não eram capazes de levá-los “à riqueza e à abastança” (LIMA BARRETO, 1956a, p. 74-75). Honestidade, orgulho e independência eram valores que ainda não poderiam ser praticados, embora a ideologia liberal louvasse o indivíduo que buscasse a independência e tivesse qualidades individuais, méritos e talentos. Se todos esses talentos pudessem vir sem nenhum esforço eram ainda mais reconhecidos.

Abelardo Leiva, o mais exaltado dos “revolucionários”, que defendia os trabalhadores, particularmente os do Centro de Resistência dos Varredores de Rua, não gostava de usar botinas fabricadas pelos sapateiros, preferia comprar as que “eram estrangeiras e melhores”. Embora o argumento do seu opositor de que “o cabedal, os aviamentos” utilizados para a fabricação das botinas viessem da Europa e as botinas só fossem “cortadas e montadas aqui...”, ele não se convenciu e continuava a defender as botinas importadas: as Walk-Over ou Clark, que custavam 35 mil réis. Seus rendimentos mensais não passavam de 90 mil réis dos quais pagava 25 mil de aluguel.

Defensor dos produtos importados, particularmente as botinas, Abelardo Leiva, “apóstolo do socialismo revolucionário, inimigo da execrável burguesia, procurou justificativa nos elegantes do mundo *chic* parisiense” para as suas preferências (LIMA BARRETO, 1956a, p. 76) Bogoloff, o russo, observador dos costumes, particularmente no Rio de Janeiro, tem a mesma percepção, ou seja, compreendeu que sem botinas e chapéus caros ficaria à margem do mundo político e não seria respeitado; “Tinha ainda bastante roupa branca e ternos bons; mas as botinas e o chapéu começavam a ficar velhos. Influi muito no nosso destino um chapéu enebado ou umas botinas cambaias e, como eu não desanimava de encontrar uma posição oficial, era-me necessário tê-los novos, para que os políticos não fugissem de mim” (LIMA BARRETO, 1956, p. 268).

Essa personagem carrega as contradições do positivismo, que pregava o estabelecimento da ordem e era radicalmente contra situações que pudessem ameaçá-la. Não advogava qualquer tipo de solução revolucionária, seja porque, para os apóstolos de Comte, era uma “filosofia visceralmente pacifista”, seja porque toda transformação social deveria vir de cima para baixo. Em face de uma “autoridade injusta ou opressiva” era preferível a submissão à rebeldia; a submissão forçada faria com que, indiretamente, viesse prevalecer o altruísmo, compressor do egoísmo, segundo o raciocínio dos doutrinadores (HOLANDA, 1997, p. 289-305).

O resultado dessa teoria não ficou restrito à submissão à autoridade como forma de dominar o egoísmo. Pelo visto, o servilismo estendeu-se a todos os níveis sociais, particularmente na relação entre trabalho, capital e mercado de consumo. Mediante as botinas, um dos símbolos de distinção e diferenciação dos pobres e comuns, o narrador mais uma vez caracteriza a superficialidade da personagem. Há também outro ponto que pode esclarecer melhor a discussão sobre preços de botinas, salário, aluguel e afins.

Ao analisar a evolução do custo de vida durante o Império e na transição para a República, passando pelo Encilhamento, Faoro relata que Machado de Assis, funcionário do Ministério da Agricultura, tinha os vencimentos orçados em quatrocentos mil réis mensais, “ordenado quase escandaloso ainda em 1885”. Em 1882, quem ganhasse duzentos mil réis por mês não passava de “um ser modesto, nem mendigo, nem nababo”. Em 1904, o ordenado de Machado de Assis era “manifestamente insuficiente, para uma vida decente e sem grandes apertos. Para aqueles que ganhavam muito menos que isso sobrava o padrão de vida inferior [...] e as esperanças e fantasias de enriquecimento só podiam se realizar no jogo, no modesto e já popular jogo do bicho” (FAORO, 1988, p. 213-214).

Para fechar a discussão dos rendimentos de Abelardo Leiva, supõe-se que em 1910 esse ganho representava quase nada. Por isso, segundo o narrador, ele e seus companheiros só comiam uma vez por dia, o que também espantava Isaías; ele observa que Abelardo Leiva priorizava a compra de pequenas coisas, mais úteis para a aparência, do que comer duas vezes ao dia.

O apóstolo-poeta entremeia “doutrinas subversivas” com “ardente” admiração “pelas coisas de luxo”. Depois de longa discussão sobre “reforma social”, Isaías observa a forma como Leiva olhava “para a linda burguesinha da vizinhança” e comenta: “eu creio que se a nova era dependesse do seu braço, ele não deitaria a bomba para não assustar as meninas bonitas e delicadas” (LIMA BARRETO, 1956a, p. 78). Esse admirador do luxo burguês acreditava na anunciação da “felicidade contida no positivismo”, e recitava o “catecismo” pregando “devotamento” e “altruísmo”,¹³ fórmulas necessárias e infalíveis “para se obter um bom governo que tendesse a preparar a era normal – o advento final da Religião da Humanidade”. Toda essa prelação era ouvida na rua Benjamim Constant, onde ficava o apostolado do “venerável Senhor Mendes” (LIMA BARRETO, 1956a, p. 78).¹⁴

¹³ Esses sentimentos eram modelares e diziam respeito particularmente às mulheres, tidas como as representantes do sexo afetivo: “a capacidade de amor e devotamento, que parece distintivo da mulher, alimentaria um sentimento de solidariedade social, que se encontraria na base da nova religião da Humanidade, pois, sem a presença ativa da mulher, o positivismo estaria impedido de tornar possível o abandono da teologia em sua antiga função social” (HOLANDA, 1997, p. 289-305).

¹⁴ É engraçado o fato de ter a doutrina positivista alcançado entre nós tanta popularidade. O próprio Isaías conta que “quando via o vice-diretor sair rapidamente por detrás de um retábulo, na absida da capela, ao som de um tímpano rouco [...] dava-me vontade de rir às gargalhadas” (LIMA BARRETO, 1956a, p. 78). Mas também é certo que o protagonista ficava assombrado com a firmeza do Mestre quando proferia suas verdades e as alusões que conseguia fazer entre a teoria e o presente históricos do país, remendando daqui e dali o discurso para dar maior consistência e veracidade aos argumentos.

O rígido sistema de regras da pregação positivista, receituário que deveria ser incorporado e praticado por seus seguidores, prometia o advento de uma “ordem futura”, na qual haveria felicidade para todos. Para Isaías, a “sociedade a vir” resolveria as dificuldades postas pelo presente: os homens “só têm amor à Utopia” quando ela vem “condensada em fórmulas de felicidade”. Talvez por isso mesmo, pela “fome de felicidade”, não houvesse preocupação em examinar aquelas afirmações “repetidas com tanta segurança” pelo Mestre.

Pelos “maus dias presentes”, a esperança de felicidade futura alimentava e consolava uma plateia de funcionários, estudantes e militares (LIMA BARRETO, 1956a, p. 79). No passado como hoje, pímulas de otimismo e redenção futura conservam a ordem social.¹⁵ As ambiguidades do pensamento e das ações do amigo Leiva não foram suficientes para afastar Isaías da sua companhia: sem julgá-lo um “hipócrita”, desculpava-o das opiniões tão ambivalentes e díspares,¹⁶ mas via, sob o discurso revoltoso, o aspecto “cético e amoroso das comodidades que a riqueza dá” (LIMA BARRETO, 1956a, p. 75).

Em *Numa e a Ninfa* há outra personagem cujos discurso, caráter e comportamento social permitem compreender a maneira como Lima Barreto caracterizou e representou a algaravia de vozes do espaço da cidade. Duas personagens ligadas ao positivismo traduzem as incongruências, ambiguidades e disparidades de discursos sobre a nova ordem social e política, acentuadas pelo regime republicano. Talvez fosse mais acertado afirmar que o escritor põe na boca de suas personagens, representativas e ligadas aos grupos populares, os fiapos e a influência da filosofia

¹⁵ Dito de outra forma, é também esse o entendimento de Sérgio Buarque de Holanda: “em vez de superarem as contradições, haverá lugar para muitas moradas na casa erigida por essa tentativa de síntese universal. Não é de admirar que ela pareça rapidamente ganhar adeptos em círculos numerosos. Mesmo onde melhor se patenteia o seu lado utópico, e até patologicamente utópico, uma vez que muitos conflitos se há de dissolver num futuro mais ou menos remoto, pois a esperança sempre há de dar resgate às misérias do presente” (HOLANDA, 1997, p. 299).

¹⁶ A relação do positivismo em suas origens e a forma como ele foi vestido e interpretado no Brasil, particularmente no período anterior e subsequente à Proclamação da República, é de difícil compreensão, mesmo porque ele foi adotado até mesmo por aqueles que acreditavam renegá-lo: “[...] restava o aproveitamento da doutrina onde oferecesse pontos de articulação possível com nossas condições sociais ou atendessem a exigências imperiosas de setores influentes e ascendentes na vida do país. Tal solução, que consistia em destacarem da obra de um autor partes isoladas e, não raro, discrepantes do conjunto, pode ser condenável a propósito de qualquer doutrina, e não o seria menos a propósito do positivismo, como mostrarão as críticas severas de Teixeira Mendes [...]. Uma vez que a adesão à doutrina como um todo, segundo as exigências do Apostolado, só leva a resultados teóricos, tornava invencível a tentação de aceitar aquelas partes que pareciam encontrar mais fácil aplicação ao país” (HOLANDA, 1997, p. 302).

redentora que produziria nelas o sentimento de que não estavam excluídos da ordem republicana.

Embora o positivismo ou o que dele absorveram as personagens populares de Lima Barreto tenha provocado tensões e violências na ação política entre diferentes grupos, a forma como ele foi interpretado por esses sujeitos semiexcluídos da República serviu para criar neles “falsos” sentimentos de participação na ordem política e social. Se o positivismo tencionou os grupos que disputavam instâncias de poder, por que não conceber a hipótese de que essa mesma filosofia serviu para distencionar energias e desejos de ações transformadoras? Se, para uma parte dos positivistas, a ação estava interdita, essa inação não se transferiu para as práticas discursivas que criavam a ilusão de interferências nas ações dos dirigentes do Estado? Os populares positivistas ou que viviam sob a atmosfera da sua doutrina discutiam entre si, cada um com anseios de convencer e demonstrar ao adversário que conhecia e estava a par dos mistérios das leis que governavam, inexoravelmente, as ações políticas e seus destinos individuais.

A personagem que melhor representa esse grupo social é Inácio Costa, “funcionário público e fora da escola militar”. Nessa escola aprendeu “umas fórmulas positivistas” e o desdobramento dessas fórmulas foi a inoculação, em seu pensamento, da “crença nos efeitos milagrosos da palavra república”. (CARVALHO, 1987, p. 63). As “tais fórmulas positivistas” embotaram a “capacidade para a crítica” da personagem. Por isso, ele acreditava “nos efeitos milagrosos da palavra república”. A simples mudança da “chefia do Estado” podia “fazer a felicidade da população”, acreditava ele. Graças a essa forma de conceber o novo regime e à cega crença nessa concepção, a personagem desenvolveu profunda intolerância e ferocidade apoiadas pelo “positivismo autoritário”. Ele “passara pelos jacobinos florianistas e tinha a intolerância que os caracterizara, e a ferocidade política que os celebrizou” (LIMA BARRETO, 1956, p. 14).¹⁷ Os jacobinos florianistas, que nunca deixaram o fanatismo, foram celebrizados pela violência, mesmo depois de supostamente derrotados pelos governos anteriores.¹⁸

¹⁷ Essa personagem tipifica o homem médio na medida em que ele acredita que sua opinião é relevante e por isso a expressa despreocupadamente em público: “o domínio que a vulgaridade intelectual exerce sobre a vida pública de hoje é, talvez, o mais novo componente da situação atual, o menos assimilável a qualquer coisa do passado. Pelo menos na história europeia até hoje, o vulgo nunca havia achado que tinha ‘ideias’ sobre as coisas. Tinha crenças, tradições, experiências, provérbios, hábitos mentais, mas não se acreditava possuidor de opiniões teóricas sobre o que as coisas são ou devem ser – por exemplo, sobre política ou sobre literatura. Achava bom ou mau o que o político projetava e fazia; dava ou retirava sua adesão, mas sua atitude resumia-se a repercutir, positiva ou negativamente, a ação criadora dos outros. Nunca lhe ocorreu opor às ‘ideias’ do político através do tribunal de outras ‘ideias que acredita ter’. [...] Hoje ao contrário, o homem médio tem as ‘ideias’ mais taxativas sobre tudo quanto acontece e deve

Intolerância e ferocidade, respaldadas no “positivismo autoritário”, permitiram-lhes defender a “ditadura” e o “despotismo militar”; acreditavam no governo dos militares de quem esperavam a implantação da ditadura, única solução para todas as mazelas da sociedade.¹⁹

Portador de nenhuma inteligência, Inácio Costa seria apenas produto de uma ideologia facilmente assimilada e instrumento de convencimento de outros cujo feitio mental era semelhante ao seu. Se esse paladino dos militares e da ditadura não tinha capacidade para a crítica nem sabia fazer comparações entre o regime anterior e as instituições do presente, Inácio Costa vivia no presente eterno, convencido de que a “felicidade” da população dependia única e exclusivamente de “uma simples modificação na forma de transmissão do Estado” (LIMA BARRETO, 1956, p. 14).²⁰ Características como essas representam um grupo social sem capacidade de instrumentalizar a imaginação e o pensamento crítico como eixo interno, que não consegue intermediar o simples desejo de participação política com o conhecimento da realidade. Guardadas as mediações do tempo, essa mentalidade não se distancia muito dos discursos produzidos de certos estratos sociais nos dias atuais.

Todo o esforço de elaboração de um discurso político árido servia para esconder, conscientemente ou não, a esperança de conseguir “benefícios pessoais”. Inácio Costa e Abelardo Neiva eram “sinceros” em suas arengas, se bem desejassem mesmo não uma mudança radical na forma de fazer política ou na melhoria das instituições de representação política. Pelo contrário, ambicionavam a melhoria de suas condições

acontecer no universo. Por isso perdeu a audição. Para que ouvir, se já tem tudo de que precisa dentro de si? Já não é tempo de escutar, mas, ao contrário, de julgar, de sentenciar, de decidir. Não há questão da vida pública onde não intervenha, cego e surdo como é, impondo suas ‘opiniões’” (ORTEGA Y GASSET, 2002, p. 103-104).

¹⁸ O movimento jacobino faz parte de um processo político-social, agravado no início da República pela imigração e pelas oscilações cambiais que fizeram do custo de vida um problema nacional. “Tal situação constitui o combustível para o movimento jacobino, que principiou no governo Floriano e perdurou até o fim da presidência de Prudente de Moraes (1898). O jacobinismo elegeu como principal alvo de suas iras os portugueses, considerados usurpadores de empregos e exploradores dos brasileiros através do controle que exerciam sobre grande parte do comércio e das casas de aluguel” (CARVALHO, 1987, p. 21).

¹⁹ Os positivistas podiam falar “em ditadura republicana sem, com isso, querer ferir o evangelho revolucionário da liberdade. A ditadura reclamada pelo positivismo ortodoxo era, pois, ditadura com liberdade, ditadura livremente consentida pelos cidadãos, que seriam os primeiros interessados no advento de um regime capaz de assegurar a boa ordem nos seus negócios” (HOLANDA, 1997, p. 296).

²⁰ Para as classes inferiorizadas, porque respondem mais rápido e sem necessidade de grandes explanações aos seus anseios e angústias imediatas. A certeza de que há um único caminho a ser seguido é um alento para os grupos que vivem concretamente todas as inseguranças e instabilidades cotidianas. As angústias, trazidas pela insegurança social, política, financeira, podem ser sanadas no plano subjetivo das crenças e das probabilidades únicas.

sociais. Melhorar de vida era uma orientação equivocada do positivismo absorvido por seguidores populares, cujos conhecimentos da filosofia do Mestre chegavam-lhes já depurados do conjunto da obra.

Fundada nas leis da física e da matemática, é relevante salientar que a filosofia positivista, distante demais das dimensões sociais, neutralizava e subjugava a mais ferrenha necessidade da ação individual. Aos seus adeptos restava aguardar a chegada da redenção, que, enquanto não sobreviesse, levava-os a resolverem o problema ocupando espaços de trabalho e de ação, nem que para isso legislassem em causa própria. Se conseguissem ascender socialmente, isso já era o reconhecimento de que os melhores saem na frente. Em contrapartida, o autoritarismo era a síntese de uma “filosofia” que dispensava a necessidade de agir, uma vez que as leis sociais eram governadas por leis necessárias, cujos pregoeiros exerciam o poder do discurso sem se preocupar com a coerência ou com a validade dele na prática.

As ideias defendidas pelos agitadores jamais seriam confirmadas pela ação, o que não suprimia o clima de tensão e de anarquia que criavam.²¹ A propósito, Sérgio Buarque de Holanda afirma que:

O positivismo, tal como se generalizou entre nós, não era uma doutrina monolítica, porque o Mestre, além de haver deixado discípulos e seguidores que preferiam tomar depois caminho próprio, não raro heterodoxos, deixou obras numerosas, de épocas diversas, que se prestaram a interpretações várias. Em muitos casos, o papel predominante, politicamente, do positivismo, não é tanto o da filosofia, ou da seita, ou da religião, mas o estado de espírito e o clima de opinião que, a partir dele, passou a contaminar vastas camadas, marcando até alguns que se prezavam de combatê-lo (HOLANDA, 1997, p. 89)

Paralelamente, Inácio Costa também é o típico representante de um grupo social dominante “firmado na ciência” sob o argumento que “condenava seus adversários à fogueira”.²² Ao final, Costa era um “crente”, achava-se depositário da revelação das certezas, das causas e das consequências pregadas pelos positivistas.

²¹ O estudo de Sérgio Buarque de Holanda sobre o tema confirma essa afirmação: “O positivismo, tal como se generalizou entre nós, não era uma doutrina monolítica, porque o Mestre, além de haver deixado discípulos e seguidores que preferiam tomar depois caminho próprio, não raro heterodoxos, deixou obras numerosas, de épocas diversas, que se prestaram a interpretações várias. Em muitos casos, o papel predominante, politicamente, do positivismo, não é tanto o da filosofia, ou da seita, ou da religião, mas o estado de espírito e o clima de opinião que, a partir dele, passou a contaminar vastas camadas, marcando até alguns que se prezavam de combatê-lo” (HOLANDA, 1997, p. 289).

²² A conhecida belicosidade dos jacobinos faz parte de ações políticas encetadas por “pequenos proprietários, empregados, funcionários públicos, [...] que se mobilizaram pela primeira vez no bojo da xenofobia florianista, organizando clubes jacobinos e batalhões patrióticos. Os jacobinos mantiveram um clima generalizado de tensão política, especialmente durante a campanha de Canudos, no governo

Havia, pois, muitas pessoas de diferentes grupos que também professavam essas concepções de ditadura, governo militar, certezas baseadas na fé, na crença, na ciência, enfim, nesse universo positivista, sempre denunciadas por Lima Barreto. Inácio Costa e Abelardo Neiva fazem parte de uma geração que ainda guardava da “tradição de Floriano” uma imagem de “grandeza e poder”, imagem essa ainda viva, explicava, na “concepção quarteleira”, que repercutia entre o povo “as virtudes excepcionais da farda”.²³ “A farda” era “a longa e pesada tradição que representa e evoca, promete muito a todos que a vestem” (LIMA BARRETO, 1956, p. 135).

Não só o povo era crente no invólucro da farda; os militares, particularmente a ala “dos políticos”, não contentes com “um exército adestrado, automático, garboso e eficiente”, também acreditavam “nas virtudes excepcionais da farda”, que trazia para quem a vestia “honestidade” e “clarividência” (LIMA BARRETO, 1956, p. 138).²⁴ O fato de serem militares outorgava-lhes a qualidade de enérgicos. Em razão disso, as atitudes de Inácio Costa, sua admiração e subserviência à farda, antídoto a todos os males do país, podem ser consideradas um anacronismo bastante compreensível. As temáticas de *Numa e a ninfa* giram em torno da eleição de Hermes da Fonseca, quando a probabilidade da volta dos militares ao poder central já parecia distante. É preciso lembrar do parentesco entre Hermes e Floriano, bem como considerar uma identificação de classe entre militares e burocratas, uma vez que a maior parte dos militares daquele período tinha o salário pago pelo Estado como única fonte de renda.

Prudente de Moraes. Quebravam jornais, promoviam arruaças, vaiavam congressistas, espancavam e matavam portugueses, perseguiram monarquistas, assassinavam inimigos. Em 1897 tentaram matar o presidente da República, depois de terem feito o mesmo com o último presidente do conselho de ministros da Monarquia” (CARVALHO, 1987, p. 23).

²³ Tal situação pode ser compreendida pelo fato de os militares terem ocupado o poder nos primeiros anos da República e “daí em diante julgaram-se donos e salvadores da República, com o direito de intervir assim que lhes parecesse conveniente”. “Rebelavam-se quartéis, regimentos, fortalezas, navios, a Escola Militar, a esquadra nacional em peso. Generais brigavam entre si, ou com almirantes, o Exército brigava com a Armada, a polícia brigava com o exército” (CARVALHO, 1987, p. 22).

²⁴ Faz sentido lembrar que os militares “ao tempo da Proclamação da República, virtualmente todos os oficiais (inclusive os generais) tinham como principal fonte de renda os salários, e não a terra. Consequentemente, os interesses dos militares diferiam dos cultivadores ou comerciantes e coincidiam com os dos burocratas e dos que estavam na órbita do governo central. Dadas estas circunstâncias, não parece ilegítimo considerar-se a classe militar com um componente dos setores médios”. Mas, ao mesmo tempo, “os camaradas de Deodoro podem ser considerados membros da classe média, não por nascimentos, mas por educação e fonte de renda”. A “queda do número das altas funções políticas exercidas por oficiais militares refletia a profissionalização dos militares e a divisão entre eles e a elite política” (SCHULZ, 1997, p. 241).

Embora em sentido lato, Inácio Costa também é um burocrata porque civil, se bem formado aos moldes dos preceitos e pregações da escola militar,²⁵ para a qual convergia a maioria dos estudantes sem posses e sem propriedades. Seria impróprio crer que nessa narrativa o autor tenha criado uma personagem anacrônica exatamente para registrar a existência desses resquícios militaristas, uma vez que muito poucos não se identificassem com os militares? Inácio Costa não podia fazer parte da elite política, oriunda das escolas de direito, por isso sua única válvula de escape era aliar-se aos militares para ascender socialmente.

A condição de classe e os interesses ascensionais determinavam a posição política. A defesa intransigente dos militares e o repúdio aos bacharéis resultavam de um ranço político cuja expressão máxima deu-se no período em que Floriano esteve à frente do governo federal: “Soberania? Bacharelismo?... Nada! Nada!... Acabemos com esta pedantocracia bacharelesca...” (LIMA BARRETO, 1956, p. 138). Esse ódio aos bacharéis pode ser o resultado de rixas antigas – do tempo do Império e, ulteriormente, do jacobinismo florianista – e denuncia o fato de que os militares não ocupavam, no momento em que a narrativa se desenrola, os melhores lugares no aparelho burocrático do Estado: “os mais importantes postos legislativos e administrativos” haviam sido ocupados pelos tão odiados legistas. Desde o Império, com a Guarda Nacional, o divórcio entre exército e elite civil era uma realidade preocupante para os militares.²⁶

A eleição de Hermes da Fonseca (1910-1914) trouxe à tona as lembranças do período inicial ao advento da República. Para os contemporâneos, a eleição de um militar, quando se pensava que o regime caminhava para o estabelecimento em

²⁵ A questão das Escolas Militares é um fato relevante para a compreensão do pensamento de algumas personagens criadas por Lima Barreto. Estudos de historiografia dão conta de que “grande parte dos oficiais do fim do Império e primeira década da República foi formada na Escola Militar da Praia Vermelha [fechada em 1904, por ocasião de sua última, e só voltaria a funcionar no Rio em 1911]. Esta escola evoluíra da Academia Real Militar de 1810, que se bipartiu, em 1858, para separar a parte de engenharia civil do ensino propriamente militar. O ensino da engenharia civil ficou com a Escola Central, transformada, em 1874, na Escola Politécnica, já então sob a jurisdição do ministério do Império. A separação foi mais formal do que real. Na prática, principalmente com a entrada do positivismo na Escola Militar, esta passou a ser mais um centro de estudos de matemática, filosofia e letras do que de disciplinas militares. A influência positivista se tornou maior a partir do ingresso de Benjamin Constante como professor da Escola, em 1872, logo após o término da Guerra do Paraguai” (CARVALHO, 1997, p. 195).

²⁶ A competição por cargos dentro do aparelho de Estado tornou-se mais séria se se levar em consideração o fato de que “a influência militar diminuiu gradualmente, chegando a um nadir na década anterior à república”. No caso aqui específico, a volta de um militar ao poder traria de volta aos militares algumas benesses conseguidas quando da Proclamação da República: o primeiro ato de Deodoro no governo foi aumentar o salário dos militares em 50% (SCHULZ, 1997, p. 241).

definitivo do poder civil, representa a volta ao poder da dinastia dos florianos.²⁷ A fé inabalável na República era uma construção dos “doutrinadores”, encarregados de fazer o povo crer que todos “os grandes fatos políticos e sociais” acontecidos no Brasil haviam sido obra dos militares. A recorrência desse tema na obra de Lima Barreto pode ser explicada pelas circunstâncias vividas pelos intelectuais ainda nos anos do governo de Floriano, que tratou de pôr fim aos entusiasmos mais radicais da geração abolicionista e republicana.²⁸

Referências

ABREU, M. E. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ARANTES, P. E. O positivismo no Brasil: breve apresentação do problema para um leitor europeu. *Novos Estudos Cebrap*, jul., n. 21, 1988.

BARBOSA, F. A. *A vida de Lima Barreto*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

BEIGUELMAN, P. *Por que Lima Barreto*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BOSI, A. *O pré-modernismo: a literatura brasileira*. 4. ed., São Paulo: Cultrix, 1973.

BRESCIANI, M. S. M. O cidadão da República: liberalismo *versus* positivismo (Brasil 1870–1900). *Revista USP*, São Paulo, mar./abr./maio, n. 17, 1993.

²⁷ A candidatura de Hermes da Fonseca ao cargo de presidente da República causou celeuma, seja porque ele foi o primeiro militar eleito, seja porque seu adversário, Rui Barbosa, era uma personagem conhecida e admirada: O hermetismo posicionou-se num contexto já muito distinto do de 15 de novembro e das lutas do primeiro quinquênio da República. A candidatura Hermes enquadrava-se no jogo da política dos estados; foi graças ao desacordo entre Minas e São Paulo e à divisão interna de Minas que ela teve condições de surgir e vencer. O novo na questão foram as lideranças civis, principalmente a mineira, que se dispunham a aceitar um candidato militar como saída para o impasse sucessório. A solução foi facilitada pela entrada em cena do Rio Grande do Sul, aliado ao Exército, ambos membros mal recebidos no clube dos donos da República. Hermes aceitou a candidatura por insistência de seu amigo Pinheiro Machado de quem se reconhecia um instrumento político. E mais, sempre tivera uma atitude contrária à intervenção militar na política. Em 1904 fizera-se notar pela primeira vez ao abortar uma rebelião da Escola Preparatória do Realengo que planejava aderir à da Praia Vermelha. Isso dava às elites civis uma garantia de que não se repetiria o fenômeno de 15 de novembro. Embora politicamente incompetente como o tio, Hermes não tinha o descontrole emocional e a rigidez dele, vez que se deixava levar pela liderança de Pinheiros (CARVALHO, 1997, p. 34).

²⁸ No governo de Floriano ocorreu “um cisma entre os intelectuais, e alguns dos antigos entusiastas da República tiveram de fugir da capital para evitar a prisão. Como exemplo de perseverança e de fé, já agora obcecada nos ideais de um republicanismo jacobino, restaria apenas Raul Pompéia. Seu suicídio em dezembro de 1895, alguns meses após a morte de Floriano, foi o trágico símbolo do fracasso de uma alternativa política, assim como a fuga de Bilac, Guimarães Passos e outros indicava que não seria fácil estabelecer os parâmetros de uma convivência pacífica entre a República da política e a República das Letras. A convivência se daria mais tarde em termos algo distinto dos imaginados inicialmente” (CARVALHO, 1987, p. 26).

- CARONE, E. *A república velha*. São Paulo: Difel, 1975. 2 v.
- CARVALHO, J. M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- CARVALHO, J. M. *A formação das almas: imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- COSTA, E. V. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: USP, 1999.
- CUNHA, E. *Contrastes e confrontos (O marechal de ferro)*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1977, 2 v.
- FAORO, R. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. Rio de Janeiro: Globo, 1988.
- FIGUEIREDO JUNIOR, A. C. A. *Oito anos de parlamento*. Brasília: Senado Federal, 1998.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- HOLANDA, S. B. *O Brasil monárquico: do Império à República*, 5. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, v. 5.
- KNAUSS, P (Org.). *Sorriso da cidade: imagens urbanas e história política de Niterói*. Niterói: Fundação de Arte de Niterói, 2003
- LEPENIS, W. *As três culturas*. São Paulo: USP, 1996.
- LIMA BARRETO, A. H. *Numa e a ninfa*. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- LIMA BARRETO, A. H. In: RESENDE, BEATRIZ; VALENÇA, Rachel (Org.). *Toda crônica*. Rio de Janeiro: Agir, 2004, v.2.
- LIMA BARRETO, A. H. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Brasiliense, 1956a.
- LINS, O. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976.
- LOBO, E. M. L. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IB-MEC, 1978, v. 2.

MACHADO DE ASSIS, J. M. Memórias póstumas de Brás Cubas. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Aguillar, 1962, v 1.

MARTINHO, L. M. Os caixeiros portugueses no Rio de Janeiro: organização do trabalho e relações sociais nas firmas comerciais do Rio de Janeiro (primeira metade do século XIX). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: USP, n. 18, 1976.

NABUCO, J. *O abolicionismo*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

ORTEGA Y GASSET, J. *A rebelião das massas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHULZ, J. O Exército e o Império. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 4, t. II, 1997.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

SOUZA, M. C. C. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

TEIXEIRA, L. G. S. *História breve do bairro de Botafogo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.